

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A CONSTRUÇÃO DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS
NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Ivanez Padilha

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**A CONSTRUÇÃO DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS NO
ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS**

por

Ivanez Padilha

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação,
área Gestão Educacional do Centro de Educação da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Renan Jacques Guterres

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia

**A CONSTRUÇÃO DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS NO ENSINO
FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE SANTA MARIA - RS**

Elaborada por
Ivanez Padilha

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional.

COMISSÃO EXAMINADORA

Clóvis Renan Jacques Guterres, Prof. Dr.

(Presidente/Orientador)

Prof.Dr. Celso Ilgo Henz / UFSM

Prof^a.Ms. Lorena Ines Peterini Marquesan

Prof.^a Dr^a. Glades Tereza Félix/ UFSM (suplente)

Santa Maria, 02 de março de 2011.

“O homem é a medida de todas as coisas. Dele e para ele, enquanto humana e concretamente considerado, partem todos os empreendimentos que valem a pena”.

Heloísa Luck

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Clóvis Guterres pelo profissionalismo e pelo tempo que disponibilizou, acompanhando meu trabalho, auxiliando na construção da pesquisa através de sua experiência, apontando caminhos que me ajudassem a trilhar o caminho do conhecimento.

À banca examinadora, agradeço a disponibilidade com que aceitaram meu convite para avaliar o trabalho e suas contribuições.

Aos professores do Curso de Gestão Educacional, que através de suas experiências e conhecimentos possibilitaram um diálogo crítico e estudos que auxiliaram na construção, re-construção e re-significação de minha prática escolar.

À escola e às professoras, sujeitos da pesquisa, por colaborarem e acreditarem na importância da pesquisa.

À minha família que com seu apoio e incentivo sempre esteve ao meu lado, dando suporte e compartilhando minhas conquistas.

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós - Graduação em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A CONSTRUÇÃO DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS

AUTORA: Ivanez Padilha

ORIENTADOR: PROF.DR. CLÓVIS RENAN GUTERRES

Data e Local de Defesa: Santa Maria, ____ de _____ de 2011.

A presente pesquisa tem por objetivo e foco principal investigar a construção dos Princípios Democráticos no ensino fundamental de uma escola pública, na periferia do município de Santa Maria - RS, chão de nossas práticas diárias com a intenção de elucidar questões relacionadas à efetivação da Gestão Democrática no espaço escolar. O estudo constitui-se a partir de um estudo qualitativo, utilizando-se do ambiente natural como fonte direta de dados, com característica estudo de caso que avalia os aspectos cotidianos de uma realidade, numa abordagem sócio histórica. Os sujeitos desta investigação são quatro professoras e o instrumento para a busca de dados baseou-se em entrevista semi-estruturada, com questões abertas, buscando olhares diferentes de uma mesma realidade. A convivência no cotidiano escolar facilitou a análise dos dados e possibilitou reflexões a partir de conversas informais travadas em momentos de encontros dos professores. As indagações surgidas através deste convívio e dos relatos das angústias frente aos problemas enfrentados no cotidiano escolar foram elucidadas no decorrer da pesquisa. Este estudo revela que a escola em questão apresenta relevantes avanços na construção desses princípios que pressupõe descentralização, transparência e participação, porém verifica-se a falta de abertura à participação de forma efetiva nas decisões da escola, configurando uma prática centralizadora que requer uma reflexão a fim de propiciar um envolvimento efetivo de todos os participantes da comunidade escolar.

Palavras-chave: gestão, princípios democráticos, ensino fundamental

ABSTRACT

Monograph Specialization
Graduate Program in Educational Management
Universidade Federal de Santa Maria, Brazil

THE CONSTRUCTION OF THE ELEMENTARY DEMOCRATIC PRINCIPLES IN A PUBLIC SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF SANTA MARIA-RS

AUTHOR: IVANEZ PADILHA

ADVISOR: PROF. DR. CLOVIS RENAN GUTERRES

Date of Defense: Santa Maria, March 02, 2011

This SUMMARY aims to research and investigate the building's main focus of democratic principles in elementary public school in the periphery of the State, municipality of Santa Maria-RS, our daily practice floor with the intention to elucidate issues related to the practice of democratic management in school space. The study is from a qualitative study, using the natural environment as a direct source, ethnographic character that evaluates the day-to-day aspects of a reality, a socio-historical approach. The subject of this investigation are four teachers and the instrument for fetching data based on semi-structured interview, open, seeking different looks of the same reality. Coexistence in everyday school data analysis facilitated and enabled reflections from informal conversations fought in times of meetings of teachers. The questions that have arisen through this get-together and reports agnostics front the problems faced in everyday school were elucidates during the search. This study reveals that the school in question presents relevant advances in building these principles presupposes decentralization, transparency and participation, but there is a lack of openness to participate effectively in the decisions of the school, setting up a coordinating practice that requires a reflection to facilitate effective involvement of all participants of the school community.

Keywords: management; democratic principles; elementary

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO	13
1.1 Os desafios da educação brasileira	13
1.1.1 A construção da democracia no espaço escolar	16
1.1.2. As práticas docentes e a construção dos princípios democráticos	21
1.1.3 Crítica à educação tradicional	24
2 DESENHO DA INVESTIGAÇÃO	26
2.1 Temática	26
2.2 Objetivo geral	26
2.3 Abordagem metodológica para a investigação	27
2.4 O contexto da investigação	28
2.5 Os sujeitos da investigação	29
2.6 Instrumentos usados na busca de dados	30
3 ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA	32
CONCLUSÃO	39
BIBLIOGRAFIA	42

INTRODUÇÃO

Conforme diz Marques (2006, p.30), “o maior desafio do ato de escrever é começar, é ele o ato inaugural, o começo dos começos”. Partindo da idéia do autor e compartilhando a crença que escrever é o início da pesquisa, nos propusemos a iniciar esclarecendo primeiramente o motivo que nos levou até este ato.

O interesse pelo desenvolvimento deste estudo surgiu a partir de nossas vivências num ambiente escolar, chão de nossas práticas diárias e movidas pela vontade de buscar respostas às indagações surgidas durante as conversas informais, reuniões e encontros com colegas de trabalho.

Na oportunidade destas conversas, ouvimos muitas reclamações por parte dos professores à cerca do descaso que a educação vem sofrendo ao longo do tempo, da falta de acompanhamento de alguns pais na educação escolar dos filhos, o qual resultava em desinteresse e baixo rendimento dos mesmos. Muitos professores também demonstravam através de suas falas uma discrepância entre o discurso democrático e suas práticas conservadoras, certa desmotivação frente ao exaustivo trabalho de preparar aulas e de se deslocarem de uma escola para outra, transmitindo-nos, assim, a sensação de um trabalho desvinculado da realidade, que se reduzia ao espaço da sala de aula.

Foi nesse momento que sentimos vontade de escrever sobre o assunto e tentar buscar reflexões sobre os questionamentos surgidos, realizando um estudo mais aprofundado, com base em autores que já estudaram esse campo tão vasto de informações, com a finalidade de suporte teórico para nossa investigação.

Percebe-se que o isolamento é constante na cultura escolar; ao adentrar na sala de aula muitos professores parece buscar proteção das pressões cotidianas, essa atitude muitas vezes poderá ser confundida com autonomia, uma atitude ameaçadora ao projeto democrático.

Vivemos numa sociedade onde as normas escolares permanecem tradicionais frente às mudanças ocorridas. Isso requer que se faça uma reflexão das práticas pedagógicas redirecionando o olhar para uma nova sociedade, uma idéia que partilho com Luck (2006) “um novo paradigma, que busca estabelecer na

instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente no seu contexto interno e externo”.

A cultura docente sofre influências de sua formação, de suas crenças e das diversas culturas predominantes na escola, determinando uma estrutura de poder no contexto escolar, porém os professores podem transformar as condições que constituem a cultura desenvolvida ao longo de sua trajetória profissional.

A história recente do Brasil contribui para uma sensação de mal estar em participar de certas decisões, as pessoas não eram levadas a opinar sobre assuntos até então reservados a especialistas e encarregados do poder, em regimes de exceção, como a ditadura, porém os educadores precisam compreender e reavaliar o seu papel de educador e assumir novas responsabilidades. A participação é o caminho na construção da democracia.

Espera-se que com o desenvolvimento deste estudo possa gerar subsídios para melhor entender e atuar neste espaço permeado de contradições.

O objetivo geral baseia-se em investigar a construção dos princípios democráticos no ensino fundamental da escola onde atuo como professora.

O estudo em questão justifica-se por entendermos a importância de compreendermos os fundamentos do campo de gestão escolar e contribuirmos de alguma forma para a construção de práticas conscientes, baseadas na construção coletiva e num trabalho pedagógico que vise à transformação social.

Considera-se que o estudo é de fundamental importância e sua finalidade é de auxiliar os professores na construção de novos conhecimentos e no aprofundamento do tema, a fim de buscar soluções para os problemas surgidos no cotidiano de sua prática escolar e na implementação da democracia no espaço escolar.

A gestão democrática valoriza a participação, ainda assim muitas escolas que se dizem democráticas continuam a adotar um modelo hierarquizado de gestão, onde as decisões são tomadas apenas pelo diretor.

Cabe a todos os envolvidos no processo pedagógico viabilizarem inovações planejadas em conjunto e implementadas através da ação de cada membro da comunidade escolar, despertar a motivação e a inclusão desses profissionais a um objetivo comum apontando caminhos e procurando meios que viabilizem uma tomada de consciência e a construção de uma escola pró-ativa, que segundo Luck

(2006) “é aquela que age com criatividade diante dos obstáculos, e não busca justificativa para as limitações de nossas ações e resultados ineficazes”.

Durante o acompanhamento do cotidiano escolar surgiram questionamentos ao percebermos a distância entre a escola e a comunidade escolar, a falta de diálogo na busca de soluções coletivas que poderiam enriquecer e contribuir para a melhoria da prática docente e a falta de ações voltadas à participação dos professores na tomada de decisões da escola.

O Curso de Especialização em Gestão Educacional proporcionou a construção e o aprofundamento dos conhecimentos nesta área, através dos estudos e discussões nos seus componentes curriculares fornecendo subsídios que nos auxiliaram no interesse e na busca de respostas aos questionamentos surgidos.

Sabe-se das dificuldades dos professores em superar velhas práticas autoritárias e reconstruir a prática pode significar uma forma de compreender a escola como um espaço de construções coletivas e contribuir para um pensamento reflexivo e crítico a partir dos modos de pensar, agir, sentir e organizar os conhecimentos.

Conforme expressa Libâneo

Incluindo o envolvimento dos alunos na organização da escola, para que possam exercer a (...) é preciso repensar práticas de gestão, novas formas de organização do trabalho escolar, democracia mediante a participação, a capacitação para tomar iniciativas, o confronto e a discussão pública de pontos de vista, o posicionamento sobre questões relacionadas à vida escolar, de modo que vivenciem processos democráticos de tomada de decisões (2005, p.390).

Acredita-se na construção de uma educação democrática e uma escola como espaço de escolarização e produção de consciências capazes de produzirem a transformação social, onde os professores enxerguem a dimensão histórica dos alunos conforme expressa Konder (2002, p.18), “enquanto não enxergamos a dimensão histórica de um ser, um objeto, de um fenômeno, de um acontecimento, não podemos aprofundar, de fato, a compreensão que temos dele.”

Nessa perspectiva, a escola pode combater todas as formas de violência como a desigualdade e a exclusão através do desenvolvimento de práticas pedagógicas que visem à emancipação dos sujeitos e advirta-os dos mecanismos persuasivos da sociedade civil que insiste em ampliar a hegemonia da classe que

representa. Acreditamos que a educação é o caminho para a busca de superação e a satisfação das necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção destes na sociedade, como cidadãos capazes de transformar a sua realidade.

Com propósito de atender as proposições elencadas, o estudo se constituiu a partir de um estudo qualitativo, utilizando-se do ambiente natural como fonte direta de dados, com características de estudo de caso que avalia os aspectos cotidianos de uma realidade e numa abordagem sócio-histórica, como expressa Freitas (1996), "percebe os sujeitos como históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura como criadores de idéias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela".

Esta pesquisa lida com sujeitos que convivem há muito tempo num mesmo ambiente de trabalho, com vivências e participação no cotidiano escolar, levando em consideração o contexto em que estão inseridos e, não apenas, em suas falas.

Traz em sua constituição as características de um trabalho acadêmico que visa atender as indagações colocadas anteriormente.

Os instrumentos para a coleta de dados se deram através da análise de entrevistas semi-estruturadas e abertas realizadas com quatro professores do Ensino Fundamental, buscando um olhar de diferentes sujeitos inseridos em uma mesma realidade.

Dessa forma, escolhidos os sujeitos da pesquisa em questão, aconteceu o momento das entrevistas com a oportunidade de a todo instante, estarmos recorrendo aos discursos e a forma como os sujeitos conduziam a sua prática pedagógica. Isso facilitou muito a análise dos dados.

A educação como prática social se dirige à vida humana em toda a sua totalidade. Assim nossa base teórica irá se desenvolver levando em consideração os aspectos que dizem respeito à construção dos princípios democráticos na escola, pelos professores e gestores a fim de construir coletivamente meios para sanar as dificuldades do cotidiano escolar e que auxiliem uma prática transformadora.

Traz-se na primeira parte do estudo a construção do referencial teórico e um breve histórico com o registro de alguns fatos marcantes ocorridos, dentre outros, da história da educação brasileira, por julgarmos importante o registro desta trajetória histórica, identificando fatos que ocorreram e influenciaram essa construção. Os apontamentos trazidos a respeito da construção da democracia no espaço escolar

têm a finalidade de suscitar reflexões a partir de um novo olhar para as práticas escolares.

A crítica à educação tradicional vem a seguir com intenção de oferecer contribuições para elucidar as contradições existentes no campo educacional e desvendar possibilidades para a ação visando a construção da democracia.

Na segunda parte traz-se o desenho da investigação abordando a temática desenvolvida a fim de elucidar os questionamentos anteriormente colocados.

Aborda-se, também o contexto da investigação onde caracterizamos a realidade da escola onde realizamos nosso estudo, os sujeitos da investigação, os instrumentos utilizados para a busca de dados e, por fim, a análise das experiências da gestão democrática na referida instituição, a conclusão da pesquisa e as referências bibliográficas que serviram de base para nossa pesquisa.

1 CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Os desafios da educação brasileira

Tratando-se da educação como um processo social em constante transformação entendemos que seja relevante mencionarmos alguns acontecimentos marcantes ocorridos, os quais não foram únicos, pois vários outros aconteceram na história da educação brasileira. Embora sem ter adentrado em todos reconhecemos sua relevância para os avanços ocorridos ao longo de sua construção.

Os primeiros jesuítas chegaram ao território brasileiro no ano de 1549 e comandados pelo Padre Manoel da Nóbrega edificaram a primeira escola elementar brasileira. Eles se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo, a fim de ensinar os índios a ler e escrever para que pudessem doutriná-los e permaneceram mentores da educação até 1759, quando foram expulsos por Marquês de Pombal.

Nesse período a educação vivenciou uma grande ruptura histórica num processo que já estava implantado como modelo, através do “Plano de Estudos da Companhia de Jesus”.

Em 1808 a família real chegou ao Brasil (Período Imperial) e a educação começa a ter avanços importantes e no ano de 1824 é outorgada a Primeira Constituição Brasileira, onde o Artigo 179 desta Lei Magna dizia que “a instituição primária é gratuita para todos os cidadãos”, contudo, a titularidade da cidadania era restrita aos livres e libertos. Para os escravos, indígenas e caboclos, bastaria a doutrina aprendida na oralidade e a obediência na violência física ou simbólica.

A Primeira Constituição Republicana proclamada, a de 1891, retira de seu texto a referência à gratuidade de instrução (existente na Constituição Imperial) ao mesmo tempo em que condiciona o exercício do voto à alfabetização, como forma de mobilizar os analfabetos a buscarem, por conta própria, os cursos de primeiras letras.

A década de 20 foi marcada por processos de mudanças das características políticas brasileiras; a característica agrária do País e as correlações de forças políticas vão sofrer mudanças o que trará repercussões na organização escolar brasileira.

O marco referencial da entrada do Brasil no mundo capitalista de produção foi a Revolução de 1930. A nova realidade brasileira passou a exigir mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação.

Conforme descreve Cury

O período mais conturbado pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, acelerador do desenvolvimento urbano-industrial, cria um clima de ansiedade pelo bem-estar social e prosperidade nacional. E só uma educação “prática” (evidentemente própria da força de trabalho) voltada para tais objetivos seria capaz de superar o “atraso e ignorância”
Ao “entusiasmo pela educação” se “sucede agora um “otimismo” pedagógico”. (1978, p. 19).

Tal otimismo se expressou na proposta de reforma das escolas existentes.

O Decreto 1985, de 11 de abril, cria o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação, que somente irão funcionar em 1931.

A Constituição de 1934 reconheceu pela primeira vez em caráter nacional, a educação como direito de todos.

Data deste período, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e seu eixo principal era a defesa dos princípios escolanovistas para a educação e mencionava, dentre outras questões, a falta de “espírito filosófico e científico na resolução dos problemas da administração escolar como o principal responsável pela desorganização do aparelho escolar” (Manifesto 1932).

Ele consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Ao ser lançado, em meio ao processo de reordenação política resultante da Revolução de 30, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do País.

Em função da instabilidade política deste período, Getúlio Vargas, num golpe de estado, instala o Estado Novo e proclama uma nova Constituição, em 1937, fruto do temor das elites frente às exigências de maior democratização social e instrumento autoritário de um projeto modernizador excludente, deslocará, na

prática, a noção de direito para a de proteção e controle. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra, a fim de atender as exigências do mercado.

Com o fim do Estado Novo adotou-se uma nova Constituição de cunho liberal e democrático determinando a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. A Constituição de 1946 reconhece a educação como direito de todos, porém a oposição entre centralização e descentralização, as lutas para se definir os limites entre o público e o privado e a questão da laicidade determinarão, por longo período, a inexistência de uma legislação própria advinda da nova Constituição e a manutenção, com pequenos ajustes, do equipamento jurídico herdado do estadonovismo.

Em 1961 foi promulgada a Lei 4024(primeira LDB), prevalecendo os interesses da igreja e os estabelecimentos particulares de ensino, contrários às idéias que defendiam monopólio estatal para a oferta de educação aos brasileiros. Reconhece a educação como direito de todos torna o ensino primário obrigatório a partir dos sete anos.

Constata-se que sempre houve interesses econômicos e políticos tentando controlar os rumos da educação e as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foi o fato marcante deste período, dentre outras que também representaram avanços no campo educacional.

Uma nova redefinição será trazida pelo golpe de 1964 e sob este clima a Constituição de 1967 mantém a educação como direito de todos e estende a obrigatoriedade até o quatorze anos, incluindo os adolescentes na escolaridade apropriada, também obriga as empresas a manter ensino primário para os empregados e seus filhos.

Num período conturbado pela ditadura militar, onde qualquer expressão popular era sufocada, muitas vezes através da violência física, que é instituída a Lei5692/71 e a característica marcante era de dar à formação educacional um cunho profissionalizante visando o aumento da produção. A tendência Tecnícista se firmou, pelo princípio da otimização: racionalidade, eficiência, e produtividade. E no interior de reformas autoritárias, como por exemplo, as Leis nº5. 540/68 e nº 5692/71 o ensino supletivo terá suas bases legais específicas.

Através da pressão popular a ditadura militar se desfez; a discussão sobre as questões educacionais já haviam perdido o sentido pedagógico e assumido um caráter político e a participação ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento começaram a discutir as questões educacionais de forma mais ampla.

Deste período que marca o fim da ditadura até os dias atuais um fato marcante foi a Medida Provisória que extinguiu o Conselho Federal de Educação e criou o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, tornando o Conselho menos burocrático e mais político.

Verificamos alguns avanços no âmbito da educação ao longo de sua história, e nesse contexto de transformações o sistema educacional precisa passar por uma reforma visando qualificar as pessoas para enfrentarem um mundo competitivo e que apresenta dimensões ideológicas que vê na competitividade e no lucro as únicas razões de existência.

Com vistas às rupturas marcantes ocorridas na história da educação brasileira e por considerarmos a História como um processo em constante evolução e transformação optou-se por fazer este histórico a fim de destacar as principais mudanças ao longo do tempo, as quais não foram únicas, mas muito importantes nesta dinâmica para a conquista de avanços no campo educacional.

Verifica-se a execução de muitos projetos e programas desenvolvidos nesta área, porém a forma como estes vêm sendo executados precisa ser revisto e analisada criticamente.

1.1.1 A construção da democracia no espaço escolar

A partir das críticas ao conceito e prática de administração escolar baseada no enfoque técnico, no contexto da década de 80, começa a aparecer na literatura deste campo o conceito de Gestão Escolar, onde a autonomia escolar entrou em pauta de discussão e ganhou espaço nos documentos oficiais do governo brasileiro, cujo processo de democratização torna - se presente nas instâncias política e civil.

O caráter de essência política de preocupação com o pedagógico que dá base ao conceito de gestão escolar tem a finalidade de diferenciar-se da visão técnica que historicamente permeou o conceito de administração escolar. No contexto da reabertura política no Brasil, marcado pelo fim da ditadura militar, enquanto regime político é assegurada na Constituição Federal de 1988, no artigo

206, inciso VI a “Gestão Democrática do ensino público na forma da lei”, instrumento que possibilita a construção da democracia.

A Gestão Democrática valoriza a participação, porém se verifica em muitas escolas a participação de forma funcional, ou seja, apenas técnica de gestão que é utilizada muito mais como forma de atenuar conflitos e divergências do que como espaços de tomada de decisões e negociações.

Associado à queda da taxa de lucro, a saturação do modelo de produção Taylorista/Fordista no âmbito da reprodução do capital, com a greve dos trabalhadores e a ineficiência do estado do bem-estar social frente às demandas do capitalismo, por volta dos anos 70, constituíram um quadro de crise do sistema de metabolismo social do capital. O sistema se assentava no tripé capital-trabalho-Estado e cada um destes elementos constitutivos foi afetado pela crise e impõe a necessidade de se buscar alternativas que refletissem em mudanças, de forma simultânea em cada grupo.

Iniciou-se, então, um processo de reorganização do sistema ideológico, político e reprodução do capital, surgindo o advento do Neoliberalismo, a redução do Estado no controle da economia e a adoção do padrão de acumulação flexível através do modelo toyotista, visando o crescimento da taxa de lucro.

Estas medidas superaram a crise ao atingirem o plano ideológico, com o culto ao individualismo, subjetivismo e a contenção das lutas dos operários através da abertura à “participação” no processo produtivo.

Através das mudanças na base produtiva o Estado afasta-se, descentralizando suas funções para o mercado e a sociedade civil, garantindo o livre fluxo do capital. De um modelo hierárquico de produção e um Estado centralizador passa a ter ênfase no trabalho coletivo, na participação, na autonomia e na descentralização revelando a falsa idéia de um projeto democrático.

As políticas públicas têm se caracterizado, nas últimas décadas, no Brasil, por uma racionalidade técnica, e sua lógica tem se pautado na institucionalização das determinações dos organismos internacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial e surgem no contexto da globalização como forma de regulação social e de ajuste estrutural, procurando desenvolver habilidades e competências definidas pelo mercado, o que possibilitaria ao indivíduo conseguir um emprego.

A lógica dessas políticas segundo Gonçalves

Tem sido a institucionalização das determinações de organismos internacionais que vêm na educação um dos meios para a adequação social às novas configurações do desenvolvimento do capital (2003, p. 10).

Nessa perspectiva esses organismos têm exigido dos países periféricos programas de ajuste estrutural com vistas à implantação de políticas macro-econômicas e o aumento da eficiência do sistema econômico.

A integração da noção de competência à reforma educacional brasileira inicia-se legalmente com a aprovação da Lei nº 9394/96, nova LDB, que incide tanto sobre a educação básica quanto sobre a educação profissional, re-orientando a prática pedagógica em torno da transmissão de conteúdos disciplinares para uma prática voltada para a construção de competências. A educação profissional tem sido considerada como alternativa à ameaça de desemprego, entretanto, com a falta de políticas econômicas e sociais, os esforços com capacitação não tem, necessariamente se traduzido em mais empregos.

As mudanças na estrutura da sociedade, no processo de trabalho e a introdução de novas tecnologias passam a exigir a formação de outro trabalhador, mais flexível, polivalente e eficiente; a escola passa a ser criticada e responsabilizada juntamente com os professores pelo insucesso e despreparo dos alunos, fruto da desvinculação dos conteúdos ensinados com as novas demandas do mundo do trabalho assentadas no paradigma informacional.

Desse modo, requer-se que os professores sejam mais bem preparados para trabalhar com novas exigências curriculares, com o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais em novas condições e modalidades de trabalho, porém não existem valorização e investimentos na carreira, em salários e formação, com a alegação de que o Estado necessita de redução de despesas e do déficit público.

Conforme diz Libâneo

Esse fato deve-se, certamente, às características do modelo de desenvolvimento econômico adotado, orientação economicista e tecnocrática, e implicações sociais e humanas ficam em segundo plano (2005, p.36).

A partir dessa realidade é preciso empenho de todos na busca por valorização e a responsabilidade coletiva do papel de educador deve ser sempre

levado em consideração a fim de que uma educação de qualidade seja oferecida aos alunos.

Percebe-se a falta de medidas efetivas capazes de romper com esse quadro de contradições e ambivalências que permeiam o campo educacional; transformar a escola em local onde os professores se aperfeiçoam mutuamente faz com que estes assumam a responsabilidade de promover a própria aprendizagem e aperfeiçoamento. Aos poucos os educadores perdem a autonomia, a competência técnica é supervalorizada como instrumento para a qualidade da escola, muitas vezes traduzida como certificação e há uma tendência de desqualificação e desprofissionalização em função das injunções legais que ditam os procedimentos com fins de controle e avaliação de resultados, características de um Estado regulador e avaliador.

Torna-se uma tarefa urgente a busca por propostas pedagógicas fundamentadas em projetos políticos e perspectivas históricas diferenciadas visando a transformação da formação num elemento facilitador de reformas ou capaz de se constituir num instrumento de transformação do cotidiano escolar, da comunidade e da sociedade. As políticas vigentes no Brasil objetivam equacionar o problema da formação para elevar o nível de “qualidade” da educação nos países subdesenvolvidos.

Aos poucos os educadores perdem a autonomia, a competência técnica é supervalorizada como instrumento para a qualidade da escola (muitas vezes traduzida como certificação) e há uma tendência de desqualificação e desprofissionalização em função das injunções legais que ditam os procedimentos com fins de controle e avaliação de resultados, características de um Estado regulador e avaliador.

. Não se pode desconsiderar que a escola está inserida num sistema capitalista, sofrendo assim todas as influências desse sistema, onde o Estado vem aos poucos se desobrigando da educação pública.

A redefinição da estrutura da educação é uma tarefa urgente dos governantes e a formação dos professores precisa ser pensada através de políticas do Estado visando outras esferas e, não apenas, formação acadêmica, pois os impactos dessas políticas educacionais interferem diretamente no trabalho dos professores, que tem sua rotina absorvida por tarefas que impedem uma prática reflexiva, articulada com a prática social, tornando-se “práticos” que repetem os

procedimentos aprendidos na formação inicial, que na maioria das vezes, são insuficientes para responder às questões colocadas pelo contexto em que atuam.

Nesse sentido os movimentos sociais e os sindicatos progressistas têm apontado para a formação do professor com base em uma concepção de sociedade que tem como base a distribuição de riqueza, a inclusão social e a democratização do ensino, que se configura no acesso e permanência na escola, bem como a proposição de uma escola pública e gratuita.

Segundo Gonçalves (2003, p.25) “A integração dessas entidades na elaboração das políticas educacionais parece ser uma estratégia, visando à construção Coletiva de outro projeto de sociedade”.

O trabalho docente é complexo e sofre influências dos sistemas e da sociedade, porém também se percebe, na maioria das escolas, diretores autoritários, detentores do poder e professores que, mesmo compreendendo o caráter político da educação, continuam acomodados. Transformam a sala de aula, num único espaço de educação, tornando o mesmo numa espécie de refúgio para sua falta de motivação e para sua acomodação, justificando que a culpa é do sistema, acreditando numa equivocada autonomia.

Nossa intenção não é a de generalizar a prática antidemocrática, mas alertar os professores e convidá-los a uma reflexão sobre sua prática. A grande maioria de bons educadores está atuando nas escolas, se engajando nesta luta acreditando na efetiva transformação e na possibilidade de conquistar a efetiva democracia em nossas escolas.

Através da construção do Projeto Político a escola pode traçar seu caminho, baseada na sua realidade, com a participação de toda a comunidade escolar tornando viável a construção dos princípios democráticos e cumprindo com o seu papel e promovendo a sua re-construção a fim de viabilizar uma educação que dê condições para o sujeito enfrentar as exigências do mundo contemporâneo.

Desse modo, todos os envolvidos na comunidade escolar devem se tornar parceiros e colaboradores a fim de transformar a qualidade social da escola, apontando coletivamente caminhos institucionais para enfrentar novas demandas. Para que isso aconteça a escola deve contar com um gestor aberto ao diálogo, que compartilhe sua gestão e descentralize as decisões tomadas no cotidiano da escola.

Um diretor autoritário e centralizador das decisões, que não tem espírito de liderança não permite um projeto democrático e concordo com Luck (2009) em uma

entrevista para uma revista de educação quando diz que “ um gestor não influencia o comportamento dos sujeitos no âmbito administrativo, mas determina o cumprimento de tarefas fazendo com que os envolvidos compreendam adequadamente os processos e as implicações em razão do seu trabalho”.

Muitas vezes as decisões tomadas na escola são orientadas basicamente pelo corporativismo e por interesses pessoais e uma estrutura de gestão debilitada e desorganizada contribui para a formação de sujeitos despreparados para enfrentar e transformar a realidade.

Para que se efetivem os princípios democráticos na escola é necessária a condução das funções de planejamento, organização, direção e avaliação.

Desse modo o papel do diretor é imprescindível para a efetivação dos princípios democráticos, ele deve ser facilitador e agregador de forças direcionadas à participação, dar abertura e autonomia para a livre escolha de objetivos e processos de trabalho. O envolvimento com a escola é um meio de conhecê-la melhor e compreender seu funcionamento.

Entende-se que a prática dos gestores deve ser então, fundamentada nos interesses coletivos envolvendo os elementos culturais, políticos e pedagógicos do processo educativo, o qual requer planejamento.

Nesse sentido Libâneo diz que

Ele vai além da mobilização das pessoas para a realização eficaz das atividades, pois implica intencionalidade, definição de um rumo educativo, tomada de posição ante objetivos escolares, sociais e políticos, em uma sociedade concreta (2005, p.331).

Assim, acreditamos na construção de uma escola democrática baseada na participação coletiva e na crença de uma sociedade mais justa e mais humanizada.

1.1.2. As práticas docentes e a construção dos princípios democráticos

Há mais de quarenta anos a Assembléia Geral das Nações Unidas proclama a Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo que cada indivíduo e cada órgão da sociedade , se esforce, através do ensino e educação, por promover

o respeito aos direitos e liberdades fundamentais de cada um. Enfrentamos, porém uma realidade de exclusão de crianças que não tem acesso ao ensino primário, e adultos que não conseguem adaptar-se às mudanças sociais, culturais e adquirir conhecimentos e habilidades essenciais.

Em 1990 aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, com a finalidade de buscar formas de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e que compreendem tanto os instrumentos essenciais, como a leitura e escrita, expressão oral, cálculo, a solução de problemas, necessários para que os seres humanos possam desenvolver suas potencialidades e participar da sociedade de forma consciente e fundamentada.

A meta da Educação Para Todos prevê o progresso econômico e cultural, fundamental para o progresso pessoal e social. Desse modo, torna-se irrelevante e indisponível para a maioria dos alunos.

Nesse sentido o papel do professor torna-se necessário no resgate e no encorajamento desses alunos na luta pela justiça social.

A educação precisa mudar, pois a população atendida na escola pública também mudou. A escola continua nos mesmos moldes antigos, onde eram atendidas as classes privilegiadas.

Cabe aos professores e gestores refletirem sobre estas questões estabelecendo as relações entre as decisões tomadas no sistema escolar e as decisões tomadas na escola.

Uma escola democrática deve primar pelos princípios que viabilizem a participação livre e democrática de todos os envolvidos no processo educacional. É imprescindível que haja descentralização, participação e transparência na gestão da escola incluindo toda a comunidade escolar no processo de aprendizagem e decisões da escola.

O diretor da instituição precisa dar abertura a todos os segmentos da comunidade escolar, ouvir a todos e construir de forma coletiva os rumos que se espera da educação. Nesse sentido Libâneo comenta que

A escola pode caracterizar-se articulando aspectos contraditórios, como opressão e democracia, intolerância e paciência, autoritarismo e transformação, sem nunca ser, porém, neutra (2005, p. 169).

Nessa perspectiva torna-se necessário a construção de práticas baseadas no comprometimento, coerência e a criação de possibilidades de aprendizagem democráticas e não, apenas, de ajuste às exigências de globalização e do discurso da modernização educativa, da flexibilidade e da eficiência.

Em decorrência da revolução tecnológica e do novo paradigma produtivo, percebe-se uma educação que está muito longe de ser democrática, equalizadora, formadora e distribuidora de cidadania, onde se adota uma lógica de competição onde a mobilidade social é pensada sob o enfoque do desempenho individual.

Acreditamos que as práticas docentes possam contribuir para a inclusão social e para a produção de igualdade priorizando um projeto educacional que vise a transformação social, construindo uma nova cultura escolar, que deixe de lado a coerção, a competição existente nas relações interpessoais e na detenção de poder.

Recorremos a Perez que define a cultura docente

Como o conjunto das crenças, valores, hábitos e normas dominantes que determinam o que este grupo social considera valioso em seu contexto profissional, assim como os modos politicamente corretos de pensar, sentir, atuar e se relacionar (2001, p.164).

Assim, podemos inferir que a cultura docente sofre influências das diversas culturas predominantes na escola, determinando uma estrutura de poder na escola e através da avaliação reflexiva de sua prática e a busca por conhecimento os professores poderão gerar perspectivas democráticas de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.1.3 Crítica à educação tradicional

A inclusão dos excluídos é uma tarefa e um desafio constante da escola democrática, pois esta lida com pessoas, valores, culturas e crenças.

As práticas tradicionais de educação ainda persistem nos meios escolares, os conteúdos acumulados historicamente sem reconstrução ou questionamento são repassados aos alunos de forma mecânica sem levar em consideração o sujeito em formação.

Atualmente é comum encontrar nas escolas uma prática pedagógica baseada na pedagogia tradicional a qual se configura em aulas expositivas, atitudes do professor que tendem sempre ao autoritarismo e ao dogmatismo. O conhecimento tem por finalidade a memorização e a reprodução de conteúdos desvinculados da realidade social. O professor é considerado bom profissional se o aluno conseguir boas notas e não é raro, o uso da avaliação como forma de coerção.

Nesta perspectiva a educação é vista como um direito de todos e dever do Estado, sendo a marginalidade associada à ignorância.

O fato de que a educação tradicional dita os valores sociais a serem reproduzidos e os conteúdos repassados aos alunos como verdade absoluta nos remete pensar nos moldes da escola atual, onde ainda se percebe uma prática desvinculada da realidade, a idéia de memorização é entendida como inteligência.

O conhecimento, na perspectiva da Educação Tradicional é fragmentado, estático, fixo, definido e previsível definida por Freire (1987) como educação bancária, que ainda é praticada em muitas escolas onde apenas conhecimentos técnicos são valorizados.

Concordando com a afirmação de que o sujeito é um ser de relações acredita-se numa educação que possibilite a conscientização e a transformação social, onde os sujeitos construam e reconstruam sua própria aprendizagem.

Somente a busca por superação através do exercício da curiosidade epistemológica é que será possível a diminuição da distância entre a teoria e a prática dos educadores. A construção de uma educação efetivamente democrática, com vistas a um processo educativo coletivo e coerente só será possível se o educador, como destaca Saviani (2003, p.87) acreditar que "... ser idealista em educação significa justamente agir como se esse tipo de sociedade (igualitária) já fosse realidade".

Diante de um Estado capitalista em que se encontra inserida a escola torna-se inviável uma educação comprometida com a transformação da sociedade, mas o professor coerente, ético e consciente das desigualdades e dos problemas sociais é capaz de criar mecanismos que possibilitem uma prática voltada à colaboração coletiva e a realização de interesses comuns.

Admitindo-se que todo o ser humano é intelectual, que participa de uma concepção de mundo contribuindo para mantê-la ou modificá-la concordamos com Gramsci (1978, p. 08) quando afirma que “... uma atividade intelectual qualquer, contribui, assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.”

Desse modo, o professor, profissional docente como intelectual tem seus limites e possibilidades concernentes à sua função podendo agir para transformar a sua prática no atual contexto.

2 DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

2.1 Temática

O presente estudo busca investigar como de que forma as práticas pedagógicas adotadas pelos professores do ensino fundamental da escola em questão contemplam a construção dos princípios democráticos e como a instituição se organiza a fim de promover a participação da comunidade escolar.

Acredita-se numa prática de gestão coletiva, aberta à comunidade com vistas à construção dos princípios democráticos que supõe descentralização, participação e transparência.

Os questionamentos surgidos na tessitura desta pesquisa serviram de base para realizarmos a investigação.

Nesse sentido, as entrevistas realizadas com os professores, a análise das conversas informais e o acompanhamento do cotidiano escolar possibilitarão o desenvolvimento da seguinte temática:

Que ações os professores e os gestores adotam em suas práticas pedagógicas a fim de efetivar a construção dos princípios democráticos no espaço escolar?

2.2 Objetivo geral

Investigar como se dá a construção dos princípios democráticos na prática pedagógica dos professores e gestores no ensino fundamental de uma escola pública, na periferia do município de Santa Maria - RS, identificando possíveis ações que contemplem esses princípios.

2.3 Abordagem metodológica para a investigação

Como procedimento para se chegar a este propósito optou-se por um estudo de caso com características de pesquisa participante numa abordagem qualitativa.

Faz-se uma análise que leva em consideração o contexto em que os professores estão inseridos, e não apenas em suas falas; parte do princípio de que descrição e compreensão do significado de um evento social só são possíveis em função da compreensão das inter-relações que emergem de um dado contexto.

Acredita-se que os sujeitos envolvidos num contexto sofrem influências de diferentes formas de compreender a realidade, das relações que se estabelecem entre elas e o contexto social com o qual interagem.

Tivemos como ponto de partida as entrevistas com questões semi-estruturadas e abertas que foram realizadas com o intuito de analisar, do ponto de vista do discurso dos professores envolvidos, sujeitos da pesquisa, as questões que nosso estudo visa elucidar.

Essas entrevistas foram realizadas com quatro professores, sujeitos da pesquisa que demonstraram interesse em participar e colaborar; entendemos que é importante buscar olhares diferentes em uma mesma realidade. Não interferimos nas falas dos sujeitos e mantivemos um bom entrosamento, facilitado pela convivência de muito tempo de trabalho na mesma instituição.

Foram levados em consideração os vários aspectos das falas dos sujeitos a fim de contemplarmos a temática em questão.

Através da análise das entrevistas e das falas dos sujeitos durante as reuniões e encontros, destacamos pontos relevantes que nos possibilitaram o desenvolvimento do tema e vivenciar a realidade da escola, na qual também atuamos.

2.4 O contexto da investigação

O presente estudo foi desenvolvido a partir do contato diário com a realidade de uma escola pública, na periferia do município de Santa Maria/RS.

Através de conversas com as vice-diretoras de turno foram obtidas informações mais precisas sobre a escola em questão.

A escola possui boa estrutura física, embora se verifique falta de espaços para atividades, como a educação física e atividades ao ar livre.

Possuem dez salas de aula, a maioria com ar condicionado, conseguido através de promoções, laboratório de informática, sala de vídeo, equipada com televisão e recurso áudio-visual, biblioteca, quadra de esportes, sala de professores, coordenação pedagógica, sala de direção e vice-direção, secretaria, refeitório, cozinha, dois banheiros masculinos, dois banheiros femininos e pracinha.

A escola funciona em três turnos: manhã, tarde e noite a fim de atender os alunos do Ensino Fundamental, Médio e EJA. A totalidade de alunos atendidos é de 640. Deste total, 230 dos alunos, são do Ensino Fundamental de nove anos.

O Ensino Fundamental foi o alvo de nosso estudo, justificando-se por ser o ambiente comum de trabalho e vivências diárias e no qual surgiram as indagações que nortearam a pesquisa.

O ano letivo está dividido em três trimestres, onde os alunos e as famílias são informados sobre seu rendimento na aprendizagem.

A avaliação é realizada em forma de pareceres descritivos nos anos iniciais através do acompanhamento diário da produção dos alunos e trabalhos desenvolvidos. Nos demais níveis a avaliação é feita por notas, através de provas e trabalhos.

O Projeto Pedagógico foi elaborado em conjunto com a comunidade escolar, apesar desta não participar em grande número. Seu objetivo geral é de estreitar e manter relações de parceria, respeito e comprometimento da comunidade escolar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, através da participação efetiva nas atividades da escola.

Constam no Projeto Pedagógico os dados de identificação da escola, a organização administrativa e pedagógica, Conselho Escolar, CPM e Grêmios Estudantil.

Também traz em seu conteúdo a composição de alguns setores e sua finalidade.

A contextualização da escola vem logo a seguir e coloca que a escola, cada vez mais tem o objetivo de formar cidadãos, considerando a educação como um processo de formação integral da pessoa humana.

O Projeto Pedagógico é visto como um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola, portanto, deve ser estudado, analisado e reestruturado a cada período letivo.

Segundo Neves (1995, p.112)... “é um instrumento de trabalho que ilumina princípios filosóficos, define políticas, harmoniza as diretrizes da educação nacional e, que por ser de domínio público permite acompanhamento e avaliação.”

A escola é composta por alunos oriundos de famílias de operários, militares, biscateiros e comerciários.

A questão da avaliação está constantemente sendo repensada, pois busca uma concepção que prevê o crescimento do aluno de acordo com suas possibilidades.

A escola conta com o laboratório de Aprendizagem, o Projeto Mais Educação desenvolvidos no turno inverso ao das aulas aos alunos que apresentaram baixo rendimento de aprendizagem.

A administração escolar elabora e leva à apreciação do Conselho Escolar o plano de aplicação de recursos, bem como a divulgação do demonstrativo financeiro, com a prestação de contas das quotas destinadas à escola.

Nos conteúdos curriculares do Ensino Fundamental de nove anos constam o que será trabalhado, as habilidades e procedimentos a desenvolver. A cada período letivo estes são reavaliados a fim de atender a realidade dos alunos.

2.5 Os sujeitos da investigação

Os sujeitos desta investigação foram quatro professoras que demonstraram interesse em participar.

Os professores atuam no ensino fundamental da instituição onde foi realizado o estudo.

Utilizaremos as letras do alfabeto para designar os sujeitos envolvidos a fim de preservar suas identidades.

A professora **A** é formada em Pedagogia e Magistério atua há dez anos nos anos iniciais.

A professora **B** é formada em Pedagogia pré-escola e Magistério atua há nove anos nos anos iniciais.

A professora **C** é formada em Pedagogia e atua há onze anos nos anos iniciais.

A professora **D** é formada em Biologia e Magistério e atua há oito anos nos anos iniciais.

2.6 Instrumentos usados na busca de dados

Para o desenvolvimento do estudo em questão foram levadas em consideração as conversas informais que aconteceram nos períodos de encontros e reuniões com os professores e através de entrevista semi-estruturadas e abertas.

Inicialmente expusemos os objetivos do estudo e a relevância do mesmo, salientando a importância da participação dos sujeitos. A interação foi excelente por se tratar de sujeitos com vivências em um mesmo espaço de trabalho e a convivência diária colaborou na coleta dos dados e estabeleceu-se um clima favorável para a realização da pesquisa. O fornecimento de informações importantes se deu de forma precisa e natural.

As entrevistas foram gravadas para que pudéssemos buscar o máximo de fidelidade nas falas dos sujeitos.

A entrevista contou com o seguinte roteiro:

1. Identificação

1.1. Tempo de exercício profissional

1.2. Formação

1.3. Carga Horária de trabalho

2. Gestão Democrática

2.1. O que é uma gestão democrática?

2.2. Como você se percebe na tomada de decisões da escola?

2.3. Como você vê a construção da proposta Pedagógica da escola?

2.4. Você considera sua prática pedagógica democrática? Por quê?

2.5. Como os professores resolvem os problemas surgidos no cotidiano escolar?

2.6. Como você vê a construção dos princípios democráticos na escola?

3 ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

A partir da análise dos instrumentos utilizados, obtivemos uma série de informações que serviram de base para a análise e considerações sobre o tema em estudo.

Nesse sentido, a análise das entrevistas foi baseada nas seguintes questões fundamentais: Como você se percebe na tomada de decisões da escola? Como você vê a construção da proposta Pedagógica? Você considera sua prática pedagógica democrática? Como você vê a construção dos princípios democráticos na escola?

Entendemos que para contextualizar as práticas e discursos era preciso conhecer como os sujeitos percebiam a gestão democrática na escola e em suas práticas docentes.

Nossa intenção era neste momento analisar as falas e tentar detectar a existência ou não de ações que favorecessem a construção de uma prática democrática:

(...). No início do ano letivo a comunidade foi chamada a participar da construção do Projeto Pedagógico, mas compareceram poucos, sempre os mesmos é que participam. Acho que ainda falta mais participação. (Professora B)

Eu acho que os professores poderiam participar mais no que diz respeito aos assuntos da escola, como por exemplo, saber como ela funciona, na hora de se envolver as pessoas acaba não participando. Falta um pouco de ação por parte de todos. A direção dá certa abertura, mas acaba tomando as decisões. (Professora A)

Eu tento me envolver, mas o trabalho da sala de aula toma muito do tempo, acabo ficando envolvida só com os alunos. Sei que precisamos participar mais de todo o trabalho da escola. (Professora C)

Tem assuntos que eu vejo que a direção vai logo resolvendo porque somos acostumados com essa estrutura. Falta mais engajamento de todos, para a escola ser mais democrática. Ela não é democrática se olharmos por esse lado. (Professora D)

(...) as tomadas de algumas decisões ainda são restritas à direção, coordenação, não existe participação de todos os setores em certos assuntos, como por exemplo, ver as prioridades da escola. (Professora D)

A limitação na participação foi ressaltada pelos sujeitos, percebe-se a falta de uma cultura organizacional participativa e mobilização para isso acontecer. Conforme diz Luck (2006) “a gestão democrática não é burocracia, mas trabalho coletivo inclusive na área pedagógica”.

Segundo Libâneo

Os professores, além da responsabilidade de dirigir uma classe, são membros de uma equipe de trabalho em que discutem, tomam decisões e definem formas de ação, de modo que a estrutura e os procedimentos da organização e da gestão sejam construídos conjuntamente pelos que nela atuam (professores, diretores, coordenadores, funcionários, alunos) (2005, p.290).

A ampliação da consciência por parte dos educadores sobre a própria prática através de conhecimentos teóricos e críticos sobre seu papel colaboram para transformar a gestão, os currículos, a organização, os projetos educacionais e as formas de trabalho pedagógico das escolas.

Falta uma cultura organizacional participativa para que a escola avance no processo de democratização.

Todos devem participar das decisões e da dinâmica da escola, buscar resolver os problemas coletivamente, colaborar neste sentido; todos os professores são sujeitos líderes na articulação e construção de uma cultura e uma prática democrática.

.

O excesso de burocratização e centralização do poder constitui uma gestão autoritária e isso colabora para a perpetuação do sistema vigente. No caso da escola em questão percebeu - se esforços em buscar uma maior participação no momento em que os pais são convidados a colaborar.

O novo papel do diretor, na perspectiva da gestão democrática requer competência política, passa a ser considerado um educador e não um técnico, um coordenador no processo de transformação da escola.

Percebe-se através das falas dos sujeitos da pesquisa que a escola está no caminho certo para a busca de efetivação dos princípios democráticos, acredita-se na possibilidade de transformação desta realidade.

Na oportunidade em que questionamos os sujeitos a respeito de suas práticas pedagógicas obtivemos os seguintes relatos:

Considero minha prática democrática quando abro espaço para o diálogo com meus alunos, quando planejo as atividades individualmente e quando os avalio pelo que são capazes de produzir e construir. (Professora A)

Em alguns momentos eu vejo minha prática democrática. Procuo sempre levar em consideração a individualidade de cada um, mas às vezes fica difícil pelo próprio modo como recebemos nossa educação. Mas acho que estou no caminho. (professora C)

Eu procuro ter um espírito de equipe, trabalhar com meus alunos de forma que todos participem, acho que isso é ser democrática. Sempre que posso faço leituras a esse respeito para melhorar, a verdade é que não temos medo buscar o novo. (Professora D)

(...) acredito que minha prática seja democrática, sei que às vezes pecamos, mas eu me esforço para realizar meu trabalho diferente de como aprendemos. Pra ser uma prática democrática todos precisam se ajudar dentro do grupo, para ficar mais fácil, o trabalho dos professores está relacionado com a família, com toda a escola. (Professora B)

Percebe-se que existe uma vontade de mudança, ao mesmo tempo em que se verificam também entraves para a efetivação da democracia. O exercício da profissão requer reflexão e vontade de implementar essas mudanças tentando encontrar caminhos para que isso aconteça.

Nesse sentido, Libâneo coloca que

Os professores têm várias responsabilidades profissionais: conhecer bem a matéria, saber ensiná-la, ligar o ensino à realidade do aluno e a seu contexto social, ter uma prática de investigação sobre seu próprio trabalho. (2005, p. 289)

Levando em consideração as respostas ao questionamento de como os professores resolvem os problemas surgidos no cotidiano escolar obtivemos as seguintes respostas:

...procuramos conversar sobre nossos problemas, assim que eles surgem até mesmo como forma de partilhar nossas angústias, em momentos rápidos de encontros ou em reuniões e através de idéias e trocas de experiências procuramos agir, a fim de encontrar uma solução. Poderia se fazer um debate maior, com mais tempo para traçarmos ações coletivas, o que não ocorre efetivamente. (Professora B)

Quando surge algum problema de aprendizagem comunicamos a equipe diretiva, que convida os pais para comparecerem; nem sempre surte o efeito desejado, porque os pais não conseguem ajudar, buscamos soluções dentro da nossa prática que muitas vezes, ajuda, em outras vezes não. Tem problemas que vão além de nosso alcance, por exemplo, motivos de saúde ou falta de acompanhamento especializado para os alunos que necessitam. .(Professora A)

Conversamos sobre problemas de aprendizagem e rendimento com os colegas, poderiam ser convidados os pais, a direção também participar mais destes assuntos pedagógicos, pois a administração e trabalhos burocráticos requerem muito tempo. Muitas vezes os problemas escapam ao nosso domínio, porque na maioria dos casos falta estrutura familiar para fazer um trabalho conjunto paralelo com a escola, em alguns casos, o atendimento individualizado mais efetivo ajuda um pouco. Os pais que comparecem na escola são sempre os mesmos, aqueles que mais necessitam, não participam. (professora C)

Dependendo do problema a gente resolve com conversas, com pais, alunos e direção na busca de solução, como por exemplo, aprendizagem e comportamento. A reflexão sobre a metodologia, sobre a prática é importante, mas eu vejo que falta mais apoio em casa para as crianças, cujos pais não têm tempo para elas. (Professora D)

Percebe-se que as ações coletivas já estão acontecendo visando buscar a solução dos problemas enfrentados, a avaliação é positiva a fim de verificar o andamento da escola, pois ela é a chave para a democratização.

O trabalho coletivo é importante e para a escola despertar o interesse dos pais para participarem é imprescindível acolhê-los de forma que se sintam parte deste processo com a intenção de se encontrar soluções viáveis para os problemas enfrentados.

Segundo Benincá (2002 p.29-30) “As dificuldades na condução das atividades pedagógicas em escolas de periferia urbana revelam a existência de profundos conflitos quanto à natureza e à função da escola”.

A escola está se estruturando para atender as demandas da comunidade, sendo necessário praticar mais as diretrizes do Projeto Pedagógico e incentivar os

professores na conscientização de seu papel e na importância da adequação dos conteúdos à realidade dos alunos de forma efetiva.

Assim, torna-se necessário uma ação conjunta entre a comunidade escolar, pais, professores, alunos e funcionários. A existência da escola e sua manutenção requerem a construção de um Projeto Pedagógico claro, construído coletivamente que serve de norteador para que se possam agregar interesses comuns.

A escola precisa proporcionar o debate, a troca de idéias a fim de implementar no espaço escolar uma educação democrática e a criação de um ambiente favorável à formação da cidadania onde todos tenham a possibilidade de construir-se e reconstruírem-se assumindo o seu espaço político-pedagógico de sujeitos.

A Gestão Democrática é compreendida pelas professoras, sujeitos da investigação e percebe-se em suas falas que a tomada de decisões e busca por soluções dos problemas enfrentados no cotidiano escolar está acontecendo. Uma maior abertura e estímulo ao diálogo se fazem necessária com vistas a uma efetiva participação dos pais que ainda não se sentem parte da escola e do processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Diante da indagação de como os sujeitos vêem a construção dos princípios democráticos no espaço escolar surgiram às seguintes narrativas:

Eu nem sempre vejo um esforço da equipe diretiva e alguns professores em efetivar princípios que levem os alunos a opinar sobre determinado assunto da escola, como por exemplo, a aplicação dos recursos. O Conselho escolar apenas aprova o que a direção vê como prioridade para definir a utilização da verba da escola. (Professora A)

...a direção toma as decisões na maioria das vezes, eu percebo ainda uma hierarquia. Um exemplo de não participação é quando não definimos juntos os destinos da verba da escola. Nós somos informados por meio de divulgação do que foi feito. Precisamos também querer participar mais, nós confiamos na direção porque a escola está caminhando nesta construção. (professora B)

(...) é importante a consciência de cada professor no desenvolvimento do seu papel, nós temos autonomia de construir uma prática democrática em sala de aula. Claro que ainda falta mais

participação, mais motivação em estabelecer uma relação mais próxima com a comunidade, daqueles pais que ainda não se vêem como parte da escola. (Professora C)

Acho importante a escolha de diretores, a construção do Plano Pedagógico, mas o mais importante é a tomada de decisões em conjunto. Isso precisa melhorar e também a questão de todos os setores estarem interligados. Por exemplo, a compreensão de que certas atividades não são sinônimo de bagunça, o movimento natural dos alunos, a disposição das mesas e cadeiras, uso de material diferenciado... (professora D)

Percebe-se através das falas das professoras as influências de uma educação tradicional onde as ações são centradas no professor, detentor do saber, restando ao aluno assimilar o que lhe for transmitido. Isto se justifica no momento de uma reunião em que algumas professoras afirmaram que só se pode saber se um aluno aprendeu através de provas.

Diante dos discursos percebe-se que é lenta a construção da democracia, porém possível. Para tal, é necessário empenho e preparo no desempenho no papel do professor e isto requer um planejamento intencional, conhecimento da realidade dos alunos e vontade de mudar.

Segundo Libâneo

Analisar os problemas em seus múltiplos aspectos significa verificar a qualidade das aulas, o cumprimento dos programas, a qualificação e a experiência dos professores, as características socioeconômicas e culturais dos alunos, os resultados do trabalho que a equipe propôs atingir, a saúde dos alunos, a adequação entre métodos e procedimentos didáticos, etc. (2003, p. 337).

Outro fator que consideramos importante é a competência dos gestores no que concerne na busca por articulação da autonomia da escola, pois ela é relativa e integra um sistema escolar e depende das políticas e gestão pública.

Nesse sentido o papel do gestor requer uma visão ampla e uma atuação que apreenda a escola em seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e culturais com a finalidade de transformar a escola em um espaço onde os alunos possam participar e construir sua aprendizagem e vivenciar momentos de efetiva participação. A escola tem autonomia de construir sua identidade e é neste

momento que o seu papel deve ser repensado a fim de contemplar uma educação democrática.

CONCLUSÃO

Investigar a construção dos princípios democráticos no ensino fundamental da escola onde atuamos foi o foco central de nossa pesquisa.

Desse modo, a análise das entrevistas, o convívio no cotidiano escolar e o contato com a realidade da escola em questão nos proporcionaram uma reflexão e o enriquecimento de nossa prática pedagógica e uma melhor compreensão do contexto em que atuamos.

Torna-se necessário compreender a escola pública como espaço em que conflitam os interesses do Estado e das camadas populares e que deve ser vista como um instrumento de transformação social e um espaço de participações coletivas.

A escola tem uma função social de efetivar a distribuição social de conhecimentos na perspectiva de um projeto emancipador, possibilitando o acesso dos excluídos no conjunto de conquistas armazenadas pelo homem a partir de sua trajetória histórica.

A consciência dos professores da desigualdade entre sua função de ensinar e a função do aluno aprender permitirá ultrapassar uma relação autoritária e construir uma educação pautada nos princípios da democracia.

A escola pública em que realizamos a pesquisa está se engajando aos poucos em um projeto democrático tentando estimular a participação de todos, estabelecendo maior entrosamento com a comunidade escolar.

Uma educação só poderá ser democrática com o reforço das formas participativas de decisão estabelecendo um acordo sobre a base comum que possa unificar os cidadãos na construção de um espaço de coletivo

No decorrer da pesquisa percebemos o interesse dos sujeitos em buscar formas para efetivar os princípios democráticos no espaço escolar. Isto se justifica nas falas dos professores que expressam suas angústias ao se deparar com os problemas de aprendizagem dos seus alunos. A vontade de receber mais apoio dos pais demonstrou a intenção de aproximá-los da escola.

A direção abre espaço para a participação, porém é preciso desenvolver uma cultura de participação para que haja a construção de uma prática mais democrática.

A comunidade escolar ainda demonstra receio em participar, muitos professores ainda estão se limitando a ministrar suas aulas, pouco se envolvendo com as questões da escola como um todo.

Muitas vezes a direção centraliza o poder na tomada de decisões pela falta de iniciativas de todos que poderiam ser compartilhadas e ampliadas, visando uma gestão com transparência, descentralização e participação, princípios de uma gestão democrática e transformadora.

Nessa perspectiva a escola corre o risco de não desempenhar a sua função social de tornar-se um espaço onde os sujeitos são capazes de compreender os elementos de sua situação a fim de intervir e transformá-la conscientemente.

Concordamos com Perrenoud (2005) quando coloca que “os sujeitos se constroem encontrando pessoas confiáveis, que não se limitam a dar aulas, mas que se apresentem como seres humanos complexos e como atores sociais que se debatem, com o sentido da vida e com as vicissitudes da condição humana”.

Dessa forma o autor nos auxilia na reflexão de que os professores não precisam ser perfeitos, mas que precisam estar abertos para perceber que são o tempo todo aprendizes e ao mesmo tempo ensinantes de alguma coisa para alguém, a importância de uma prática baseada em princípios que auxiliem a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nos discursos dos sujeitos da investigação em questão percebemos a compreensão da gestão como atividade agregadora e como função de todos os envolvidos na prática pedagógica, embora todas, de certa forma colocaram a dificuldade em efetivá-la, em momentos de reuniões pedagógicas.

Durante as reuniões foram verbalizadas muitas dificuldades em transformar a prática pedagógica mais participativa e uma questão foi a falta de vontade dos alunos em aprender e participar das aulas, que segundo duas professoras, torna o trabalho difícil; os alunos não sabem lidar com liberdade e não se envolvem nas atividades com responsabilidade.

A Construção dos princípios democráticos na escola em questão, apresenta avanços significativos percebidos no discurso dos sujeitos e na interação com o cotidiano escolar. Ainda precisam avançar no sentido de avaliar melhor a atuação de todos dentro do espaço escolar, buscar mais articulação com a comunidade e traçar metas coletivas a fim de descentralizar a gestão em assuntos que ainda não contam com a participação de todos.

No que se refere à participação de todos os envolvidos no processo educativo ainda se percebe a falta de uma cultura de participação e uma consciência de que todos são líderes e responsáveis pela construção da democracia.

O compromisso com a transformação e o planejamento de ações que contribuam à solução dos problemas enfrentados precisa ser desenvolvido a fim de auxiliar o grupo no processo de pensar, agir, refletir e avaliar sua prática pedagógica.

Quanto à definição e fiscalização da verba escolar, colocada no discurso de um dos sujeitos, deveria ser levada à apreciação e aprovação de toda a comunidade escolar, ao Conselho Escolar, não apenas para aprovação, mas com a finalidade de promover a discussão das prioridades, mesmo sabendo das boas intenções da equipe diretiva. Nesse sentido Libâneo diz que

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar (2005, p. 328).

Este estudo proporcionou o alcance de nossos objetivos no momento em que conseguimos obter respostas aos nossos questionamentos iniciais e possibilitou uma reflexão no que diz respeito à importância da gestão democrática na construção de um espaço coletivo fornecendo subsídios que auxiliarão nossa prática pedagógica e uma nova consciência sobre o papel que desempenhamos na sociedade.

Esta pesquisa é parte de um processo de reflexão que foi incorporado à nossa trajetória profissional e através do seu desenvolvimento apontou caminhos para uma atuação de forma consciente e participativa, ao mesmo tempo oferece reflexões que possibilitam o aprofundamento do tema abordado, abrindo caminhos para novos estudos.

Acreditamos numa educação democrática e comprometida com a efetiva implementação da participação coletiva reafirmando o desejo de construir uma sociedade justa, igualitária e transformadora.

A escola revelou muitos pontos positivos referentes a construção de um espaço mais democrático e acreditamos nessa luta que é de todos os envolvidos

com a educação e a formação de sujeitos autônomos, participantes e aptos para participarem da sociedade de forma consciente.

BIBLIOGRAFIA

BENINCÁ, E. **Formação de professores: um diálogo entre a teoria e a prática.** Passo Fundo: UPF, 2002.

CURY, C. R. J. **A nova Lei de Diretrizes e Bases e suas implicações nos estados e municípios: O Sistema Nacional de Educação. Educação e Sociedade**, Campinas, n. 41, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 24ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GONÇALVES, L. A. de O. **Currículo e políticas Públicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** 4ª Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1981.

KONDER, L. **A questão da ideologia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIBÂNEO, J. C.. **Educação Escolar; políticas, estrutura e organização**, 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática.** 3ªRd. São Paulo: Vozes, 2007.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa.** Ijuí: editora Unijuí, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre, 2000. Artes Médicas.

PEREZ, G., A.I. **Ensino para a Compreensão.** In: SACRISTAN, J. G.; PEREZ, Gomez, A.I. **Compreender e transformar o Ensino.** Porto Alegre: Artmed. 2000.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** 33ª Ed. rev._Campinas: Autores Associados, 2000.

VASCONCELOS, C.S. **Construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo: Libertad, 1995.